

Apresentação

Saúde, corpos e saberes

*Cristina Dias da Silva*¹
*Marcos Castro Carvalho*²

A coletânea de artigos que ora se apresenta ao leitor reflete um esforço de agenciar iniciativas diversas em antropologia da saúde, sob uma perspectiva que permita renovar estratégias de análise a partir de etnografias atuais. A diversidade de contextos etnográficos reflete o entusiasmo que nós, organizadores, tivemos ao receber as contribuições. A corporalidade é, certamente, um elemento forte nos debates, através dos quais revisitamos clássicos fundadores da teoria antropológica, sem perder de vista o caráter potencial destas novas etnografias – que envolvem tanto um olhar sobre o estado e as práticas estatais e das instituições, como as práticas científicas e suas redes. O escrutínio etnográfico estrutura as possibilidades de diálogo, manifestando nossa preocupação de que a saúde não seja reificada enquanto um tema simplesmente, mas um campo de reflexão e atuação cujos trabalhos antropológicos estão inseridos. O olhar sobre a saúde é, portanto, um olhar sobre as dinâmicas sociais e políticas que permanentemente criam e recriam habilidades, gostos, valores, gestos e poderes. A corporalidade é analisada em movimentos simbólicos, alegorias ocidentais sobre fazer saúde, fazer estado, fazer ciência.

Neste sentido, os corpos aparecem aqui por meio de diversos olhares disciplinares – na medida em que os/as autores/as são oriundos/as de distintos campos que remetem evidentemente à antropologia, mas também à sociologia, à saúde coletiva, entre outros –, bem como a partir de diferentes estratégias metodológicas – que incluem observação participante, entrevistas, análises de documentos estatais e de materiais científicos, e assim por diante. Corpos que circulam por instituições, produzem trajetórias e biografias de cuidado e controle, sofrem, são potencializados pela ação coletiva, são (in)visibilizados pelo Estado e pela ciência, são individualizados ou coletivizados, escrutinados e avaliados por determinadas práticas e saberes, mas também resilientes e criativos na produção cotidiana de estados de saúde que vão muito além da simples ausência de doenças. Logo, se a patente diversidade temática e teórico-metodológica das pesquisas reunidas nesse dossiê apontam para a riqueza do campo, a pertinência atual de temas caros à antropologia da saúde e a proliferação de novas searas de investigação dentro da mesma, por outro lado também é claro que a maioria dos artigos, de uma forma ou de outra, tocam na questão mais geral das delimitações e borramentos de fronteiras corporais sempre instáveis em diferentes âmbitos, demonstrando que a produção de corpos e da saúde nunca é unilateral, e muito menos consensual ou previamente dada.

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

2 Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“A escuta participante e a noção de imponderável revisitada”, de autoria de Cristina Dias da Silva, abre o dossiê trazendo uma contribuição instigante para se pensar o fazer etnográfico em antropologia da saúde tomando como foco central de sua reflexão as pesquisas em saúde indígena, mas levando também em consideração outros contextos e cenários da saúde pública e das políticas de saúde no país. A partir da noção antropológica de “escuta participante”, a autora realiza uma leitura transversal de diversos trabalhos recentes, buscando demonstrar a importância de engajamentos etnográficos que levem em consideração os silêncios narrativos, as dores indizíveis, os usos êmicos da ideia de “improviso” e a tradução desses sofreres em um texto antropológico que coloque em questão os imponderáveis do trabalho de campo e a própria posição e corporalidade do/a antropólogo/a.

No artigo seguinte, “Práticas de cuidado, redes sociais e itinerários terapêuticos em um bairro popular de Águas Lindas de Goiás”, assinado por Ludmila Silva e Silvia Guimarães, podemos ver como a compreensão pormenorizada dos itinerários terapêuticos nos permite articular dimensões políticas e corporais, fazendo jus a uma tradição antropológica já consolidada, assim como as dinâmicas indissociáveis entre rural e urbano, no artigo de Horacio Pereyra, “Vivo aquí ¿qué quieren que haga? Dinámicas socio-sanitarias con mujeres madres en la interfase urbano-rural” são apresentadas através de uma interface entre sanitarismo, políticas de saúde e reificação da pobreza enquanto “cultura”. Focando ainda no cotidiano da implementação das políticas de saúde pública, Flávia Martins Vieira, em ““Eu vou escutar esse povo!”: uma abordagem antropológica sobre experiências de profissionais de saúde em contextos indígenas, em Pernambuco, Brasil”, analisa as formas com que profissionais de saúde acionam as culturas indígenas para justificar um legado de práticas estatais direcionadas aos povos indígenas, e cuja tradição remonta ao início do século XX.

Se tais trabalhos se voltam mais para as práticas de saúde no território e a implementação de políticas estatais em espaços comunitários, outros abordam ambientes propriamente institucionais e espacialmente delimitados. Um deles é o artigo assinado por Rachel Aisengart Menezes e Priscila Casemiro, “Entre a formação e a prática: o caso dos vigilantes patrimoniais na saúde”. Nele, as autoras discutem uma dimensão dos serviços e do atendimento em saúde ainda muito pouco discutida na literatura socioantropológica, qual seja, a realidade dos agentes de segurança em instituições de saúde e suas práticas cotidianas. Para além de sua invisibilidade na literatura acadêmica, tais profissionais parecem também pouco visíveis para as políticas públicas e as normativas estatais, sendo que a maior parte do que aprendem em termos de acolhimento, triagem e organização dos serviços é decorrente muito mais de um conhecimento tácito e informal que adquirem no dia-a-dia do que da formação incipiente que recebem para atuar no campo da saúde. Outro dos textos que aventam os meandros institucionais é “Corpos em revista: etnografia com visitantes em prisões femininas”, de autoria de Helena Salgueiro Lermen e Martinho Braga Batista e Silva. O artigo centra-se em uma gestão estatal de pessoas e objetos ainda mais institucionalizada que os serviços de saúde, através da análise da circulação de mulheres no ambiente de uma instituição total prisional, marcada por modos de controle que tensionam gênero, fronteiras corporais e noções de “contaminação” e “higiene”.

Em torno do imaginário da contaminação, do “nojo” e da “pureza”, também caminha a argumentação de Vladimir Porfirio Bezerra e Sonia Giacomini em ““Sem capa”: notas sobre o trabalho de campo de uma etnografia sobre o sexo bareback entre homens na cidade do rio de janeiro”, discutindo os dilemas do fazer etnográfico em um contexto bastante estigmatizado e considerado “de risco”.

Outra temática cara à antropologia da saúde no Brasil, retomada de forma criativa e contemporânea no presente dossiê, é a discussão sobre saúde mental e suas complexidades. Em “Contribuições etnográficas para o estudo da medicação psiquiátrica: reflexões sobre o (des)controle dos sintomas”, Silvia Monnerat aborda os usos e significados dos medicamentos psicotrópicos na gestão dos “sintomas” da “doença mental”, que envolvem decisões dos profissionais mas também

apropriações específicas de usuários e familiares, que gerenciam os usos dos remédios por meio do conhecimento adquirido na experiência, em reformulações da “loucura” que, mesmo quando questionadoras do próprio estatuto da doença, nunca prescindem da medicação. Clarice Moreira Portugal e Mônica Nunes, por sua vez, em “A(s) casa(s) e a rua: o zelo pela moradia dos deuses e de si-mesmo por parte de candomblecistas em processo de desinstitucionalização em saúde mental”, refletem sobre a problemática da elaboração da corporeidade e do cuidado de si através da imersão religiosa no candomblé por pessoas que vivenciam sofrimento mental, em um processo que envolve a transformação da expressão e estética corporal e a reelaboração do espaço da casa na busca de um reordenamento da aflição e um adensamento da rede de apoio e reconhecimento.

Ainda, outra faceta interessante desse campo plural é aquela que versa sobre as diferentes ciências da saúde e dos corpos. Raquel letterio Barros, em “Uma *bildung* corporificada na cura antropológica”, elabora uma análise interessante sobre como a noção de corpo possui um caráter teórico-metodológico que se atualiza em novas formas sociais da cura, nas quais a noção de indivíduo se destaca. Já Marco Antonio Gavério e Gil Vicente Nagai Lourenção, no artigo intitulado “Multiplicidades-ciborgue, reabilitações e reflexões sobre o corpo: uma conversa entre dois cientistas”, aliam uma discussão sobre cibernética a um contraste rico entre novos domínios biotecnológicos e as práticas diárias das ciências da reabilitação nos contextos japonês e brasileiro, permitindo vislumbrar tensionamentos, desfazimentos e refazimentos de fronteiras, limites e potencialidades corporais-maquínicas. Por fim, o artigo de Marcos Castro Carvalho “De algumas vontades de saber na neurociência: a saga dos cérebros sexuais”, discute o quão intrincado pode ser o processo de produção científica de uma verdade última sobre sexo/gênero. Através da análise de publicações na área das neurociências, o autor debate o poder de classificação das novas imagens e exames cerebrais, pelas quais os gêneros não são sugeridos apenas como sendo cerebralmente/ fisicamente distintos, mas são apresentados como opostos excludentes. O artigo questiona os limites da produção de dados plenamente confiáveis, “caixas-pretas” que restam inquestionáveis e que, por tal razão, são antecipadas ao próprio processo de produção dos dados pelos neurocientistas. Nesse enredo, reificam-se certos estereótipos de gênero e sexualidade.